

DOSSIÊ

**A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO:
DOS ASSASSINATOS A VIOLAÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO
TRANS DO BRASIL**

**Sayonara Naider Bonfim Nogueira
Tathiane Aquino Araújo
Euclides Afonso Cabral**



**BRASIL
2018**

**SAYONARA NAIDER BONFIM NOGUEIRA
TATHIANE AQUINO ARAÚJO
EUCLIDES AFONSO CABRAL**

DOSSIÊ

**A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO: DOS
ASSASSINATOS A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS
HUMANOS DA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL**

PARTICIPAÇÃO:

POLLYANNA FABRINI

Copyright © 2018 Rede Trans Brasil

A distribuição deste material é gratuita e sua reprodução total ou parcial é permitida, desde que citada a referência.

Ficha Bibliográfica:

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; ARAÚJO, Tathiane Aquino; CABRAL, Euclides Afonso. Dossiê: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de direitos humanos da população trans no Brasil. 2a ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, 2018.



BRASIL, 2018



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2a ed., 2018.

1 - APRESENTAÇÃO:

A temática que envolve os assassinatos e as violações de direitos humanos de pessoas travestis, transexuais e de gênero diverso é assunto corrente na mídia, nas redes sociais, nas universidades e em diferentes setores da sociedade e os debates sobre segurança pública apresentam-se como pontos fundamentais em discussões políticas tanto no Brasil quanto na comunidade internacional como um todo.

Esta violência é assinalada pelo uso da desigualdade criada a partir das diferenças de gênero, classe e raça para atribuir sofrimento ao outro. E ela não nos cerca como algo distante ou abstrato, pois é possível observá-la no dia a dia, em toda as partes, principalmente, na rua, mas também em outros espaços, como a família, a escola, entre outros.

A ausência de legislação, os mecanismos de exclusão e o estigma são marcas de uma sociedade que não tolera aqueles e aquelas que irrompem com as expectativas de gênero hegemônicas. Deste modo, o objetivo deste dossiê não é apresentar dados de mortes, mas criar uma ferramenta de denúncia, publicizando toda esta violência, demonstrando a necessidade de políticas públicas específicas para as pessoas travestis e transexuais no país e uma maior atuação do Executivo, Judiciário e o Legislativo.

Temos como exemplo, o Dossiê produzido em 2016, em que a Rede Trans Brasil denunciou o tratamento em relação as nossas identidades no jornalismo, desrespeitando-as, nos matando duas vezes, uma fisicamente, e outra socialmente. Porém, na atualidade é possível visualizar um mudança considerável quando se analisa as notícias veiculadas.

A metodologia utilizada foi a quantitativa, baseada na coleta de matérias veiculadas na imprensa, nas redes sociais e em canais de comunicação como o WhatsApp. Após o tratamento da reportagem é realizada uma conferição com as filiadas da Rede Trans Brasil, para certificar a veracidade da reportagem veiculada nos meios de comunicação.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Somente após a verificação, as informações são transcritas para uma tabela do Excell, com a devida fonte citada e, por fim, a tabulação de dados. Prezando pela transparência, a lista da Rede Trans Brasil está disponível no site <http://observatoriotrans.org>. Todavia, acredita-se que exista uma subnotificação destes dados, devido a falta de dados oficiais apresentados pelo Estado.

2 - A MÍDIA E AS PESSOAS TRANS

Os meios de comunicação propagam, diariamente, casos de violência, assassinatos, suicídios e tentativas de homicídio referente as pessoas travestis, transexuais e de gênero diverso no país, entretanto, deixam de apresentar as causas e as consequências para este fenômeno. Às vítimas de crimes violentos letais, desrespeitam sua identidade de gênero e imagem, matando-as duas vezes, fisicamente e socialmente.

Não é necessário ser perito em gênero e sexualidade para reconhecer que mulheres trans e travestis devem ser tratadas como “elas”, e homens trans como “eles”. Termos pejorativos como “travas”; “travecos”; “macho-fêmea”; “é cilada”; “mulher de penca”; entre outros devem ser extintos dos jornais, rádios e programas de televisão.

Portanto, existe a necessidade de maiores discussões sobre o papel da imprensa, em especial aos noticiários policiais exibidos em canais abertos no Brasil, ao abordar questões envolvendo a diversidade de gênero e a violência explícita que as pessoas trans estão submetidas. Conforme as matérias veiculadas em alguns jornais, "percebe-se que muitos profissionais se habilitam na graduação no “desrespeito a identidade de gênero” com excelentes notas nesta disciplina" (Barbosa, 2015) [1].

Na catalogação dos casos do ano de 2016, dos 144 casos registrados, apenas 33 foram respeitados pela imprensa. A tabela da próxima página traz os dados referentes ao ano de 2017:





DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Tratamento da imprensa em relação aos casos notificados por mês (assassinatos)

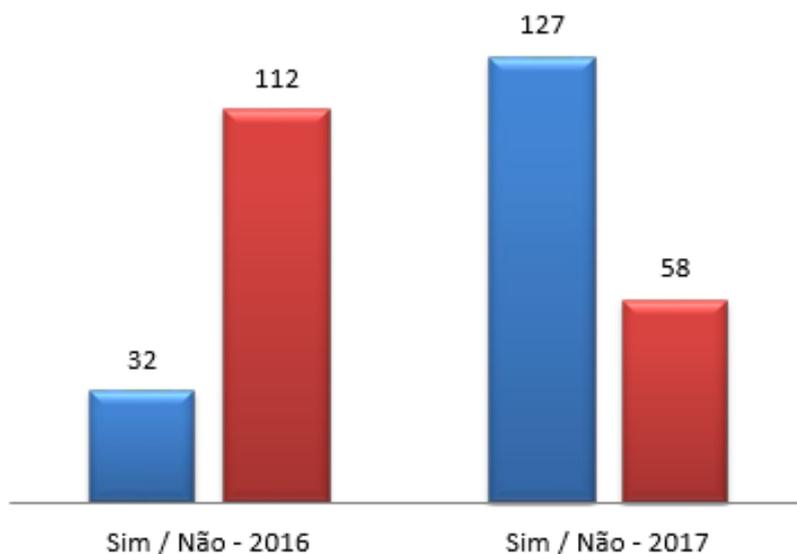
Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Não	03	04	03	03	08	06	07	02	11	03	01	07	58
Sim	06	09	13	18	08	12	11	07	10	17	07	09	127

Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 23/12/2017

Segundo Barbosa (2015), respeitar a identidade de gênero, enquanto profissional do jornalismo, é entender o art. XIV do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e fazê-lo valer na prática. Pois, o jornalista não pode “concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual” [2].

Comparando os dados com o ano passado com a deste ano temos:

Gráfico – Matérias veiculadas na imprensa



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 23/12/2017

1 BARBOSA, T. O desrespeito à identidade de gênero no jornalismo brasileiro. **Blogueiras Feministas**, 13/07/2015.

2 Ibidem, 2015.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Assim sendo, percebe um aumento significativo dos casos notificados na imprensa, em que a matéria veiculada respeita a identidade de gênero. E compete ao profissional compreender as dimensões do gênero e as representações da transexualidade e suas diversas identidades, respeitando-as para além da violência recorrente em suas pautas.

3 - A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS TRANS NO BRASIL

O relatório “O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2016/2017” traz um panorama das principais violações e avanços no campo dos direitos humanos em 159 países. Sobre o Brasil, o relatório afirma que, após o impeachment de Dilma Rousseff, o novo governo de Michel Temer “anunciou diversas medidas e propostas que podem ter impacto sobre os direitos humanos, inclusive uma emenda constitucional (PEC 241/55) que limita os gastos do governo durante os próximos 20 anos, e que pode ter efeitos negativos nos investimentos em educação, saúde e outras áreas” [3].

No Congresso estão em discussão várias propostas que prejudicariam os direitos das mulheres, povos indígenas, crianças e pessoas LGBTQIA+. Uma destas propostas que está na contra mão do avanço dos direitos humanos é o PLS 193/2016 projeto de lei nº 193 de 2016 de autoria do Senador Magno Malta, que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”, que não mais é que uma manobra neoliberal para cercear e controlar o que é dito e discutido dentro das escolas do Brasil, se resumindo apenas no ensino bancário (FREIRE, 1997), que irá produzir uma população acrítica e alienada [4].

3 ANISTIA INTERNACIONAL. O estado dos Direitos Humanos no Mundo, 2016-2017. anistia.org.br

4 ROSENO, C. P. Escola sem Partido: um ataque direto as políticas educacionais de gênero no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

O avanço na pauta LGBTQIA+ no país, não se traduziu necessariamente em mais proteção contra a violência e discriminação destas pessoas, já que é possível observar em todo o continente latino-americano, altos níveis de crimes e discursos de ódio e discriminação, além dos assassinatos e perseguições de ativistas pelos direitos humanos, devido a onda conservadora que se instalou na nossa região.

Várias foram às conquistas alcançadas no curso da luta pela efetivação dos Direitos Humanos, especialmente no que diz respeito às minorias sociais. No entanto, a população LGBT e principalmente o segmento trans, ainda carece de respaldo jurídico e atenção por parte do Estado brasileiro. No âmbito internacional, a Declaração Universal de Direitos Humanos, criada pela ONU em 1948, defende o direito à igualdade e não discriminação enquanto princípios fundamentais dos direitos humanos, contudo, tal documento não enfatiza a questão da identidade de gênero, enquanto pauta específica, já que o debate sobre as questões de gênero e sexualidade ainda não estavam em voga no momento (MONTEIRO; LIMA e CABRAL, 2017) [5].

Ainda citando os autores acima, foi apenas em 2007 que a Organização das Nações Unidas (ONU) criou um documento chamado “Princípios de Yogyakarta”, com o objetivo de versar sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tal documento é um dos pioneiros a tratar a questão da transexualidade com um olhar humanista e inclusivo, tendo como base a ideia de que o gênero se trata de uma categoria construída socialmente [6].

Em relação aos casos coletados pela Rede Trans Brasil em 2017, foram registradas 114 casos de violação de Direitos Humanos, sendo que em 2016 foram 54 casos notificados, portanto, observa-se um aumento considerável.

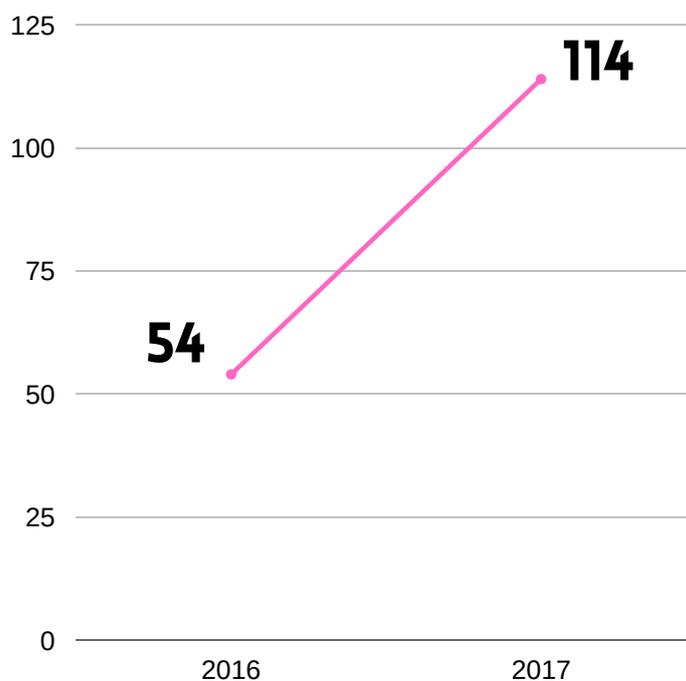
5 MONTEIRO, A. O.; LIMA, L. B.; CABRAL, M. Y. R. Transexualidade e Direitos Humanos: uma luta por dignidade e cidadania. **Desfazendo Gênero**, 2017. GT 12: Direitos, cidadania e sexualidades humanas: questões de gênero e a (in) visibilidade das sexualidades divergentes. Universidade Federal da Paraíba.

6 Ibidem, 2017.



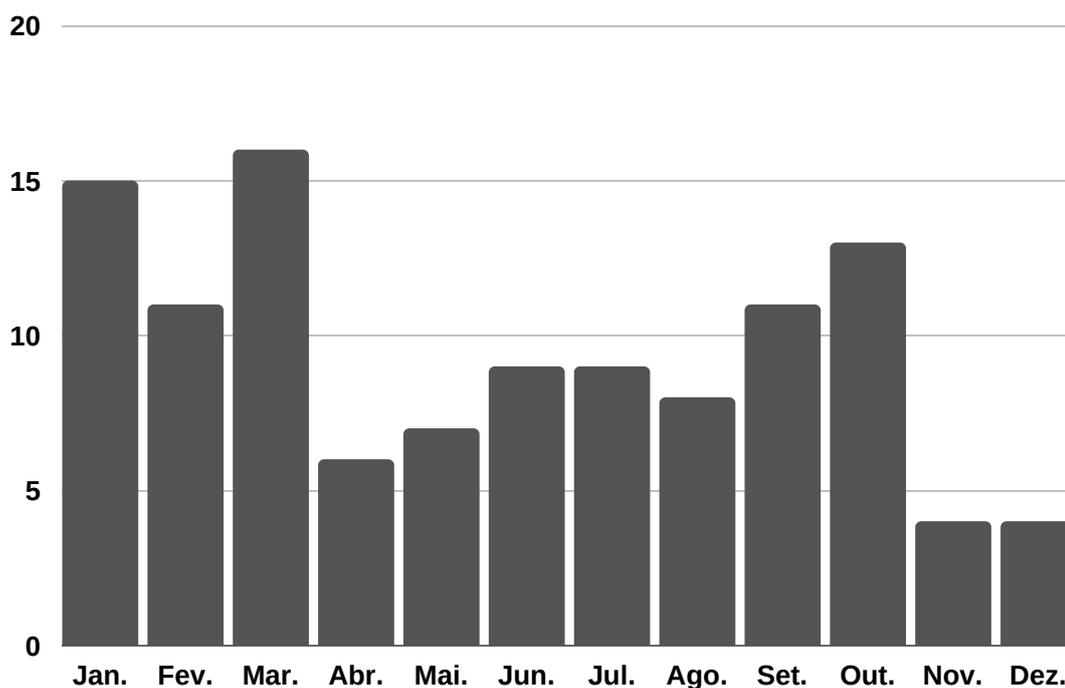
DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Gráfico – Comparação dos dados de violação de direitos humanos entre 2016 e 2017



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 24/12/2017

Gráfico – Meses com incidência de violação de Direitos Humanos



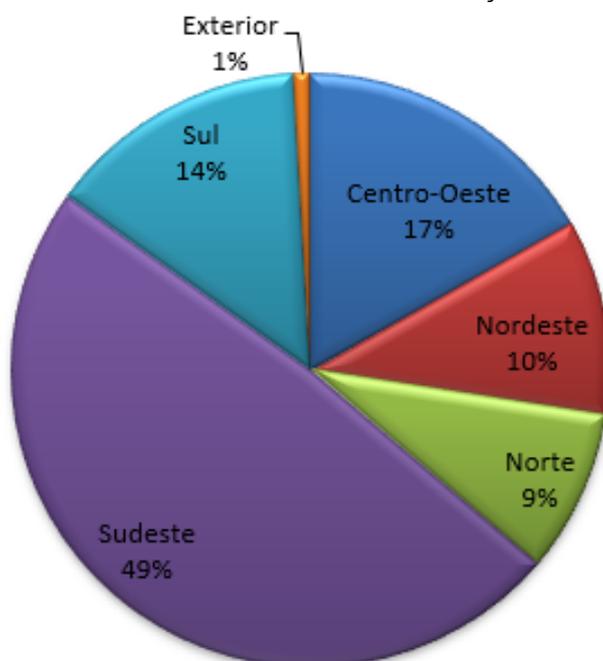
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 24/12/2017



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Os próximos gráficos demonstram a espacialização destas violações na esfera regional e por Estado no país. A região Sudeste desponta em relação a estes casos com quase 50% das ocorrências, seguida da região Centro-Oeste e a região Nordeste. Já os Estados com maior incidência de violação de Direitos Humanos foram na respectiva ordem: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Gráfico – Regiões com maior incidência de violação de Direitos Humanos



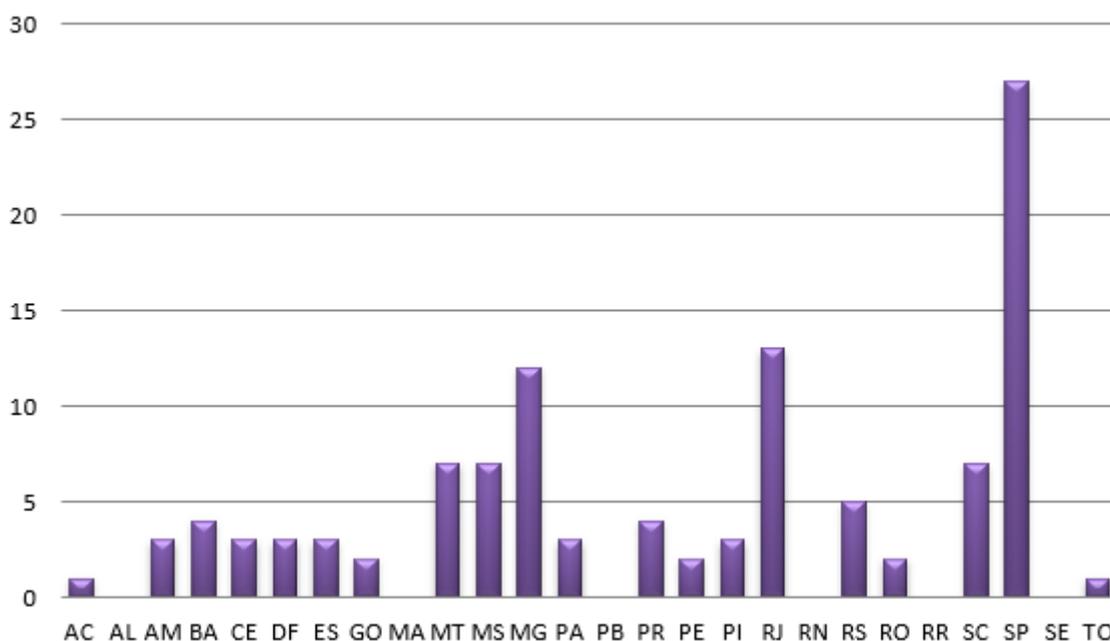
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 24/12/2017

Um serviço que pode ser utilizado na denúncia de violação de Direitos Humanos é o Disque 100 que dissemina informações sobre direitos de grupos vulneráveis e de denúncias de violações de direitos humanos. O Disque 100 atende graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes e possibilitando o flagrante. Qualquer pessoa pode reportar alguma notícia de fato relacionada a violações de direitos humanos, da qual seja vítima ou tenha conhecimento, em que é feita uma análise e o encaminhamento aos órgãos de proteção. O serviço funciona diariamente, 24 horas, por dia, incluindo sábados, domingos e feriados.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Gráfico – Estados com maior incidência de violação de Direitos Humanos



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 27/12/2017

Tipos de violação de Direitos Humanos mais observados em relação as pessoas travestis, transexuais e de gênero diverso:

agressão física, excomunhão de igreja, ataques em sites de jornais, exploração sexual e tráfico de pessoas, ameaça de morte, exposição do corpo no IML, ataques feitos pela polícia e vizinhos, residência incendiada, negativa do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero, recusa de atendimento no comércio, violência e discriminação no transporte público, demissão do trabalho, impedimento de embarcar em avião, desaparecimento, indeferimento de retificação de prenome e gênero, detenção de travestis e mulheres trans em celas masculinas, deslegitimação da identidade de gênero, recusa de viagens em taxis e aplicativos de corrida, discriminação em shoppings e supermercados, violência física, discriminação no sistema de saúde, transfobia em marketing digital, transfobia pelo judiciário, assédio moral no trabalho, transfobia na imprensa, estupro, violência doméstica, exclusão familiar, violência psicológica e exclusão social.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

O que mais chamou a atenção foi à quantidade de matérias veiculadas na imprensa sobre a deslegitimação da identidade de gênero e o não respeito pelo uso do nome social em hospitais públicos, uma vez que a discriminação e, como consequência, a exclusão social sofrida pelas travestis, homens e mulheres transexuais pode limitar e afastar seu acesso aos serviços de saúde.

Silva et al. (2017) discorrem que o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Integral LGBT em 2013, no sentido de promover o enfrentamento as discriminações, expandindo o acesso a ações e serviços de qualidade. Dentre os direitos conquistados por esse público, está o uso e respeito ao nome social das travestis, homens e mulheres trans, ou seja, aquele pelo quais transexuais e travestis elegem ser chamadas (os), em contraposição ao nome do registro civil, que não obedece ao gênero com o qual se identificam. O uso do nome social nos serviços de saúde é garantido pela Portaria nº 1.820/2009, que apresenta que o usuário necessita ser identificado pelo nome e sobrenome civil, precisando existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo garantido o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas [7].

A Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, em seu terceiro princípio, já garantia desde o ano de 2007, o campo para preenchimento do nome social nos documentos de identificação do sistema de saúde (cartão do SUS), impedindo o uso de formas desrespeitosas e preconceituosas no atendimento. O nome impregna junto ao corpo os diversos sentidos de feminilidade e masculinidade que atuam como constituintes do gênero. Desta forma, o nome selecionado por travestis e transexuais opera como parte do processo de readequação de gênero (SILVA et al., 2017) [8].

7 SILVA, L. K. M. et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Temas Livres*, **Physis** 27 (03), jul./set., 2017.

8 *Ibidem*, 2017.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

De acordo com Silva et al. (2017), o uso do nome social no SUS só se tornará ferramenta para efetivação do acolhimento, humanização e integralidade da assistência a travestis e transexuais, a partir do momento que os ambulatórios, ambulatórios específicos, hospitais públicos, gestores públicos, postos de atendimentos, UBSFs, trouxerem para dentro do espaço capacitação dos funcionários para o tratamento adequado com a nossa população [9].

A luta pelo reconhecimento e a cidadania das pessoas travestis, transexuais e de gênero diverso é uma meta que todo e qualquer Estado deve alcançar. Quando determinados grupos sociais conquista direitos antes negados, toda a população se beneficia com essa conquista, pois não há como se falar em democracia se alguns ainda vivem invisibilizados perante a sociedade (Monteiro, Lima e Cabral, 2017) [10].

4 - AS TENTATIVAS DE HOMICÍDIO

Uma tentativa de homicídio caracteriza-se pela não consumação do crime almejado por fatores alheios à pretensão do agente, ou seja, existia a intenção de cometer o crime, entretanto ele não foi consumado. Nos crimes tentados, o artigo 14 do Código Penal determina que a tentativa é uma norma de extensão, isso quer dizer que uma tentativa de homicídio é, na prática, um homicídio adicionado do inciso II do artigo 14 do código penal, indicando ter sido uma tentativa [11].

O crime tentado geralmente é punido, pois o agente apresentava a intenção, somente não conseguiu. Quando se fala da prática de crimes, o dolo é essencial, pois representa a relação entre a prática e a vontade de praticar, o que gera uma punibilidade mais direta. No caso do crime tentado, aplica-se a mesma pena de um crime consumado, decrescido de um a dois terços da pena [12].

9 SILVA, L. K. M. et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. Temas Livres, **Physis** 27 (03), jul./set., 2017.

10 MONTEIRO, A. O.; LIMA, L. B.; CABRAL, M. Y. R. Transexualidade e Direitos Humanos: uma luta por dignidade e cidadania. Desfazendo Gênero, 2017. GT 12: Direitos, cidadania e sexualidades humanas: questões de gênero e a (in) visibilidade das sexualidades divergentes. Universidade Federal da Paraíba.

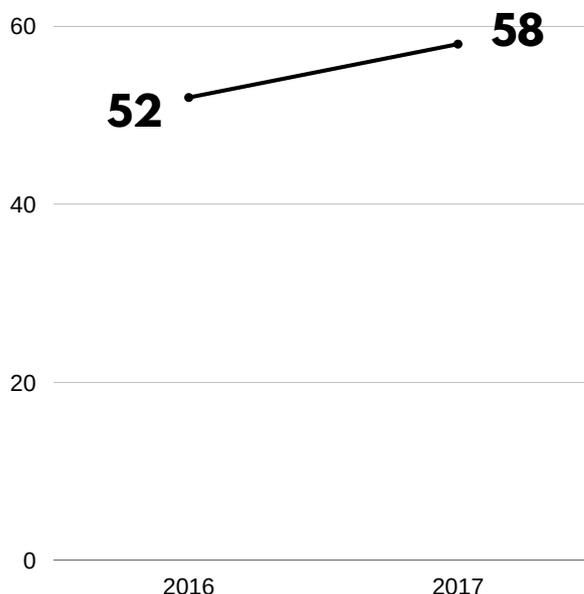


DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Na tentativa de homicídio prevê pena de reclusão de seis a vinte anos, como no caput no artigo 121, com menos um a dois terços dela. Na prática, a pena da tentativa de homicídio simples pode variar entre um e pouco mais de doze anos. Ao participar este ano da Conferência Regional da ILGALAC na Cidade de Guatemala, a ativista e militante Collette Spinetti Nuñez me mostrou a importância da notificação dos casos de tentativas de homicídio, pois são estas e estes sobreviventes que vão futuramente nos informar o motivo do crime, se realmente está ligado a uma questão de transfobia.

No ano de 2016 foram registradas 52 tentativas de homicídio enquanto 2017 subiram para 58 casos, sendo que um ocorreu na França, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico – Comparativo das tentativas de homicídio em 2016 e 2017

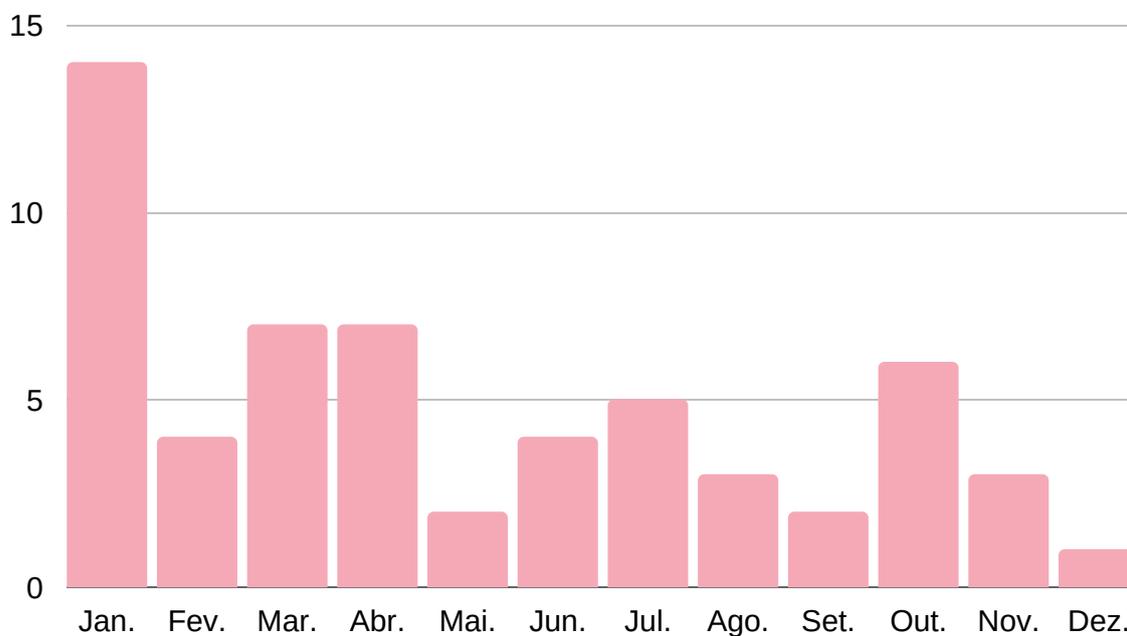


Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 27/12/2017

11 BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

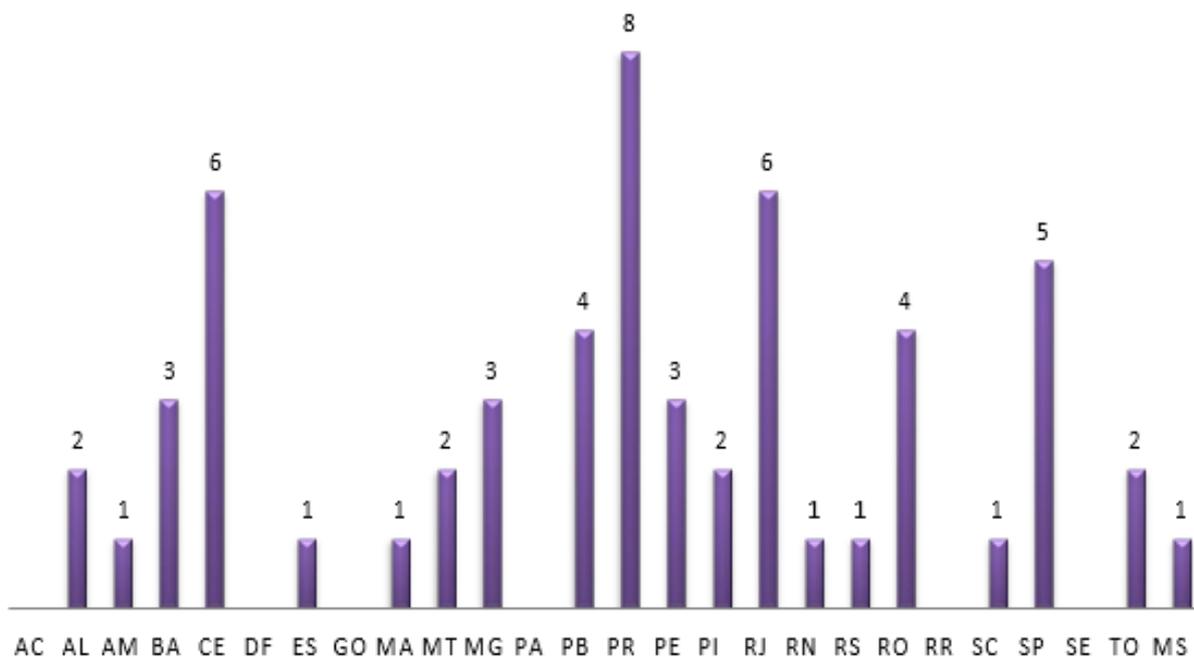
12 CHARLLES, S. Iter Criminis: Tentativa, o que é? E quais crimes não admitem tentativa? **JusBrasil**, 2017.

Gráfico – Meses com maior incidência de tentativas de homicídios



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 27/12/2017

Gráfico – Estados com maior incidência de tentativas de homicídio



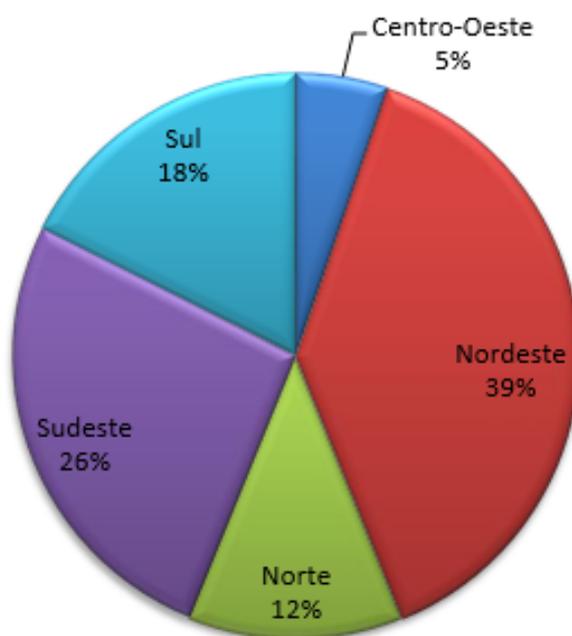
Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 27/12/2017



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Observamos que os meses de janeiro, março, abril, julho e outubro trouxeram o maior número de ocorrências. E os Estados que apresentaram o maior número de tentativas de homicídio foram: Paraná em primeiro lugar, Rio de Janeiro e o Ceará em segunda posição e São Paulo em terceiro lugar. De acordo com o gráfico abaixo as regiões geográficas com o maior número de registros de tentativas de homicídio foram: Nordeste em primeiro lugar com 39%, a região Sudeste com 26% em segundo lugar e a região Sul com 18%.

Gráfico – Regiões com maior incidência de tentativas de homicídio



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara. Observatório Trans, 27/12/2017

Em relação ao método usado, encontramos nas matérias analisadas o uso de: arma de fogo com 27 ocorrências, arma branca com 9 (nove) registros e o uso das próprias mãos com 7 (sete) monitoramentos. Ainda foram localizados registros com uso de instrumentos como paus, martelo, enxada, fogo pedras. Citamos ainda 3 (três) atropelamentos intencionais, um caso de estupro seguido de tentativa de homicídio e uma vítima que foi jogada pela janela.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

5 - RACISMO E TRANSFOBIA: UMA BREVE ANÁLISE DAS INTERSECCIONALIDADES DE OPRESSÕES

Pollyanna Fabrini

Antes de mais nada, vejo como de extrema importância situar aos leitores (as) o meu lugar de fala para melhor compreensão da tentativa de evidenciar o racismo existente em todas estruturas de relacionamento social e o modo que também converge com outras frentes de opressão. Sou uma estudiosa da temática racial e a convite da revista ousou propiciar reflexões a cerca da leitura social que pessoas trans e em específico as pessoas negras estão submetidas.

Entendendo que o protagonismo da luta deve se dar aos agentes que vivenciam a opressão em si, e o quanto é importante ouvirmos essas pessoas para compreensão mais ampla da diversidade social, limito minha contribuição no que tange o contexto racial, apenas pontuando algumas aproximações vivenciadas pelas pessoas negras e o desdobramento na vivência e construção da identidade racial das pessoas trans.

A falta de pesquisas que retrate a dupla opressão de gênero e raça das mulheres trans, faz com que atentemos para a importância de problematizar esse mote e tentar compreender a lógica estrutural dessas categorias. Há similaridades a serem abordadas no que tange as mulheres negras quando entendemos que o todo social é adverso a tudo que é fora de um padrão dito normativo, e todas essas implicações históricas e naturalizadas fazem com que a construção identitária de segmentos marginalizados esteja em subjugo.

O racismo é uma ação discriminatória promulgada por uma herança histórica, assim toda pessoa negra está passiva a forma como as relações raciais e simbólicas permeiam nosso cotidiano e imprime certas representações sociais.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

A escravidão em toda sua perversidade privou os negros de muitos direitos de cidadania. Sabemos que o racismo atinge na mesma medida homens e mulheres negras, entretanto, a situação das mulheres negras na sociedade possui conflitos ainda maiores, e por vezes, não debatidos, motivo esse que aqui neste ensaio evidenciaremos as problemáticas que circunscrevem as mulheres negras. Por exemplo, é fácil constatar que as mulheres negras não estão representadas positivamente na mídia, nem de forma expressiva nas universidades e instituições de ensino ou empregos altivos, há uma diferença para além da questão de gênero.

A categoria mulher possui múltiplas identidades e essas subdivisões são de classe, raça, sexualidade, identidade de gênero, além de outras. Podemos notar que para avaliar o delineamento dessa pluralidade, precisamos desconstruir essa visão binária e universalista do ser mulher, motivo pelo qual nesta breve análise ao tratar-se de mulheres negras, as mulheres trans negras também estão representadas nesse contingente. Muito desses questionamentos foram dados por contribuições do movimento de mulheres negras que já sinalizavam a necessidade de amplitude de conceitos e categorias atribuídas ao feminino.

Contribuindo com essa premissa, podemos citar Sueli Carneiro que aponta:

(...) o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente sexismo vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo (CARNEIRO, 2003 p. 118). [13].

Na trajetória da transfobia, já conseguimos evidenciar algumas similaridades com a conjuntura histórica de exclusão racial. Entende-se que essa estrutura social também distancia as pessoas trans de acesso aos direitos fundamentais.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Compartilham da dificuldade de inserção nas instituições de ensino, do mercado de trabalho, e de representações midiáticas positivas. Além disso, encontram agravantes quantitativos, ou seja, não dispõem de modo amplo de índices sociais estatísticos que evidenciam as condições adversas desse segmento, o que por vezes, é um indicativo importante para corroborar com a elaboração de políticas públicas destinadas a amenizar essa realidade. Essa ausência de dados de modo geral, reforça a invisibilidade em que se encontram as mulheres trans, em específico as mulheres trans negras no Brasil.

As experiências humanas, de modo geral, são complexas. Estabelecer que todas as mulheres negras, transexuais e travestis perpassam pelas mesmas experimentações de vida representa um apagamento de suas peculiaridades. As relações sociais, raciais, familiares, sexuais e identitárias são construídas em diferentes perspectivas. Entender as distintas somas de abusos que essas mulheres negras carregam, é fomentar um debate que reconheça as diferenças intragênero e a necessidade de políticas específicas no intuito de equalização das oportunidades sociais (CARNEIRO, 2003) [14].

Adentrando no cerne aqui proposto, evidenciarei as situações de proximidade do racismo e da transfobia na construção identitária do feminino e a forma como esse processo delimita diversas violências ao corpo negro. A herança escravagista inventou uma visão da mulher negra que perpetua até tempos atuais, toda espécie de estereótipos e discriminações são designadas a esse corpo negro feminino. Costumeiramente julgam dizer que a mulher negra mais retinta é forte, aguenta qualquer trabalho, suporta a dor física; ou que seu padrão fenotípico não é o tolerado, sendo assim motivo de chacota, características físicas desprezíveis; ou em outro momento, a mulher negra de tom mais claro, dita “mulata”, é uma representação libidinoso, pronta para o sexo, simples produto de consumo.

As mulheres no geral são culturalmente hipersexualizadas, a mercantilização do corpo e sexualidade é naturalizada atenuando diversos tipos de exploração e objetificação. Para as mulheres negras essa prática se intensifica, pois estamos falando de um sistema de opressão que além de sexista e transfóbico, é racista.

14 CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. Estudos Avançados, 17 (49), 2003.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Assim podemos constatar que a vivência das mulheres trans também tem alterações de acordo com o grupo racial ao qual pertencem. A estrutura racial sistematiza hierarquias, desse modo uma mulher trans negra ocupará uma posição inferior à mulher trans branca. As mulheres trans igualmente suportam a hipersexualização, objetos do prazer alheio, muitas vezes compreendidas como sinônimo de profissional do sexo, cuja humanização precisa ser constantemente comprovada; tratando-se de mulheres trans negras, é evidente a soma de opressão, onde ao lado da transfobia e do sexismo, está o racismo que em conjunto impactam profundamente nas relações sociais (BRITO, 2016) [15]. A invisibilidade das pautas de gênero e raça do segmento trans em específico pode ser compreendida como uma submersão do racismo. A transfobia de modo geral opera de maneira tão óbvia, que por vezes, camufla as situações racistas, ou seja, atribui-se que todo e qualquer ataque é destinado apenas pela condição da identidade de gênero, assim o racismo mesmo existente, passa despercebido.

Essa soma de opressões potencializa diversas formas e modos de violência. Sem preponderamos violência em seu sentido físico, mas o dominador também coage de forma psíquica. A situação criada pela violência simbólica leva o indivíduo a se sentir inferiorizado, por não corresponder à lógica imposta pelo discurso dominante. Para ilustrar como a violência simbólica é um problema central no que se refere à construção de uma identidade étnica, podemos aqui recortar como análise um ícone identitário emblemático para as mulheres negras, o cabelo crespo. As teorias raciais e a consequente exclusão racial do (a) negro (a) acabam por considerar os traços morfológicos como cabelo crespo, pele escura, frequentemente associados à inferioridade. Em oposição, cabelo liso, pele clara, rosto ortognato eram características da superioridade. Esse processo histórico nos permite quantificar a intensidade da opressão que a população negra sofreu, dessa forma conseguimos identificar que a repressão atingiu também o padrão estético.

15 BRITO, C. P. “Já é negro e ainda quer ser travesti?” – experiências trans de mulheres negras. Dissertação de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, do Órgão de Educação e Relações Étnicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, 2016.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Assumir a identidade no que diz respeito às características físicas, é uma ação árdua e dolorosa, já que o indivíduo vai contra uma construção padrão introjetada ideologicamente. Com base nessas ponderações a autora Souza descreve:

A violência racista exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo (SOUZA, 1983, p.3) [16].

É importante evidenciar que para a mulher, no geral, os cabelos possuem uma construção significativa. Usualmente o cabelo da mulher está relacionado com símbolos de feminilidade, beleza e sensualidade, e por esse motivo secular o apego construído em torno das madeixas para as mulheres, funciona como signo substancial na diferenciação representativa. Toda essa conjuntura que corrobora com os estigmas tecidos ao corpo negro, faz com que o contexto de uma estética que enaltece a negritude, também se torne uma pauta política dos movimentos raciais. Na especificidade do movimento de mulheres negras, identificamos que essa desconstrução só se torna possível quando deixamos de nos espelhar em um ideal fenotípico branco.

Em suma maioria as mulheres negras passam por esse processo inicial da negação de autoimagem. Na necessidade de se encaixarem em um padrão de aceitação social, alisam seus cabelos. O racismo, por se organizar através de normas que definem valores e oportunidades para pessoas a partir da sua aparência, no ato de alisar os cabelos pode-se compreender uma anulação de sua identidade. No que tange as mulheres negras trans o processo é ainda mais profundo, o cabelo alisado, representa o escape da ambiguidade, a fuga do masculino, lhes garante serem lidas como mulheres. Logo, o ideal branco para além de retirar a autoestima, retira a feminilidade das mulheres negras trans. Notamos que, enquanto o ideário de feminilidade não for desconstruído, não mudaremos a lógica de construção identitária (Brito, 2016) [17].

16 SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

17 BRITO, C. P. “**Já é negro e ainda quer ser travesti?**” – experiências trans de mulheres negras. Dissertação de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, do Órgão de Educação e Relações Étnicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, 2016.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Não podemos atribuir que a opressão racista presente em nossa sociedade e em seus múltiplos espaços interfere apenas na violência simbólica aqui atribuída ao ícone identitário cabelo crespo. Das diversas facetas da violência, a física também é um contingente alarmante para o segmento das mulheres negras.

O Dossiê Mulheres Negras de 2013 produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), já saliente a discrepância negativa das condições de vida dessas mulheres no Brasil se comparado com as mulheres de outras etnias. Essas análises se aplicam em várias esferas como acesso ao ensino superior; participação no mercado de trabalho; acesso a bens e exclusão digital; pobreza e desigualdade de renda, assim como a vitimização de mulheres por agressão física [18].

Segundo levantamento do Atlas da violência de 2017, também divulgado pelo IPEA, o percentual de mulheres negras assassinadas no Brasil aumentou consideravelmente no período anual de 2005 a 2015. A mortalidade das mulheres negras teve um aumento de 22% enquanto das mulheres não negras caiu 7,4% no mesmo período. Esse percentual de homicídio das mulheres negras está acima da média nacional de mulheres assassinadas [19].

Outro dado indicado no Atlas da violência é o também crescente índice de mulheres negras vítimas de morte por agressão, passando de 54,8% em 2005 para 65,3% em 2015. Esses indicativos já nos assinalam a vulnerabilidade desse grupo, sendo que essa realidade se deve a discriminação interseccional das desigualdades de Gênero e Raça. Esses índices oficiais são de extrema importância para que surja a possibilidade de pensarmos novas políticas e práticas sociais que promovam propostas inclusivas e produtivas dentro da nossa ampla diversidade [20].

18 DOSSIÊ MULHERES NEGRAS: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini... [et al.].- Brasília: IPEA, 2013.

19 ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017. Org. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança PúblicaFBSP. Rio de Janeiro, 2017.

20 Ibidem, 2017.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Nessa conjuntura quantitativa da violência, compreendemos um apagamento total dos índices de violência das mulheres trans e mulheres trans negras. A percepção é que as fontes de pesquisas oficiais anulam esse segmento social. A maioria dos dados quantitativos que retratam a realidade do segmento trans, são ofertados por instituições autônomas e independentes. É urgente pensarmos nos índices de violências do segmento das mulheres trans e mulheres trans negras para compreensão de fatos insustentáveis. Sabemos que de modo geral o segmento sofre cotidianamente com somas de agressões físicas das mais diversas. Uma ocorrência bastante emblemática no cenário brasileiro das mulheres trans negras e muito veiculado nas mídias, foi o caso de Verônica Bolina. Conforme relata a autora Brito:

Por ser negra, recebeu o tratamento que os policiais costumam dar diariamente às/aos jovens negras/os, por ser desconhecida como mulher teve seus seios expostos e apresenta indícios de ter sido estuprada, por ser transgênera, não teve acesso a um cárcere feminino e teve seu cabelo cortado. E precisamos ir além: por ser negra, possivelmente foi lida como travesti, e não transexual. Por ser lida como travesti, foi automaticamente julgada culpada pela sociedade, uma vez que a imagem que se alimenta de uma travesti é de uma pessoa que rouba, faz barraco e esfaqueia as outras, em síntese, uma marginal transtornada. Alguns comentaram que Verônica apanhou como um homem. Eu discordo, Verônica apanhou como uma travesti negra! (BRITO, 2016, p.72) [21].

O trecho acima já nos evidencia tantas violências físicas e simbólicas destinadas a Verônica Bolina e conseguinte a toda classe trans. A forma como as pessoas trans ainda são retratadas e tratadas pelo todo social é revoltante. Nos históricos de agressões e homicídios publicizados na grande mídia, identificamos que, para além da agressão física em si, comumente o ato de abuso segue traços de torturas como se fosse uma incessante tentativa de corrigir um sujeito dito “errôneo” na leitura social padrão. As notícias divulgadas sobre morte das pessoas trans, não são regulares, elas não são mortas com uma ou duas facadas ou tiros, habitualmente são de 10 golpes para cima, como se nesse ato, o agressor tentasse de fato aniquilar a humanidade daqueles (as) então agredidos (as). Se inserirmos o contexto racial, essa tripla opressão reforça ainda mais as violências.

21 BRITO, C. P. “Já é negro e ainda quer ser travesti?” – experiências trans de mulheres negras. Dissertação de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, do Órgão de Educação e Relações Étnicas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, 2016.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Devemos sempre estar atentos as interseccionalidades, ou seja, essa soma histórica de discriminação, para compreender a pirâmide de mínimos “privilégios” dentro de cada segmento marginalizado. Não dá para cairmos no reducionismo de categorizar apenas o eixo mulheres, ou mulheres negras, ou mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres pobres, mulheres com deficiências, dentre outras. Todas as esferas de movimento social possuem cargas múltiplas de opressão e o papel de quem luta por igualdade é se atentar a todas essas frentes.

Como já salienta a autora Audre Lorde (2009), a intenção deste ensaio não é hierarquizar as opressões do segmento de mulheres negras, a intenção é avaliar que a mulher negra carrega diferentes somas de abusos que devem ser tratadas com um viés distinto, assim como as mulheres trans negras. Demarcar essas diferenças é estabelecer uma agenda política ampla que contemple os diferentes movimentos e segmentos sociais, afinal, ninguém se beneficia com a opressão que o (a) outro (a) vivencia, por isso não podemos permitir que ser livre de intolerância seja um direito de um grupo particular, a discriminação onde quer que apareça destrói o coletivo. Pensar em soluções coletivas respeitando as diversas representações sociais compreendendo as múltiplas vivências é o caminho para uma mudança efetiva e inclusiva (Audre Lorde, 2009) [22].

Após a reflexão de mestre Pollyanna Fabrini, podemos perceber que as mulheres negras são as maiores vítimas da violência no Brasil. Para exemplificar estes casos, temos o caso de Pâmela, de Juazeiro do Norte – Pernambuco, a vítima foi encontrada seminua e apresentava marcas de violência por todo corpo, como contusões na cabeça e marcas de agressão que foram feitas com corda, pauladas e pedradas.

No ano de 2017, foram notificados 181 assassinatos de pessoas trans, sendo que 67% das vítimas eram pessoas racializadas.

Trazemos ainda o caso de Anna Sophia de 16 anos, de Joao Pessoa – Paraíba, de acordo com informações, a vítima de 16 anos estava acompanhada do irmão gêmeo quando ocupantes de um veículo não identificado efetuaram disparos que atingiram a cabeça da adolescente.

22 LORDE, A. G. I Am Your Sister - Collected and unpublished writings of Audre Lorde, Oxford University Press, 2009.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

A Delegacia de Crimes Contra a Pessoa (Homicídios) que estava investigando o caso apontou a possibilidade do crime ter sido cometido por racismo e homofobia, já que, em uma rede social, a polícia descobriu conversa entre amigas da vítima, que se refere a um senhor racista. No dia 11 de julho de 2017, o sargento reformado da polícia militar, Antônio Rêgo Sobrinho foi preso e confessou o crime dizendo que "veio ao mundo para matar homossexuais". De acordo com o delegado Marcelo Falcone, da Delegacia de Repressão a Crimes Homofóbicos, o assassinato das pessoas LGBTQs é consequência de todas outras violências sofridas por esta parcela da população. "O assassinato é a última das violências. Maior parte das travestis é colocada na marginalidade muito cedo, não tem acesso aos direitos básicos. Não conseguem arrumar emprego e nem estudar por conta da violência. São pessoas que encaram a rejeição muito cedo, enfrentam todo tipo de violência durante a vida", destacou [23].

Segundo Starosta (2016), as mulheres trans e travestis morrem por significar mais que só uma transgressão de gênero, mas um corpo representando o tão odiado feminino. E um feminino que não "nasce inferior" como a mulher cis, mas "torna-se inferior" por "vontade própria"(na cabeça das pessoas). É claro que nenhuma dessas descrições representa a verdade da experiência trans: pessoas trans tem tanta escolha no seu gênero quanto pessoas cis. Apenas mostra visões sobre pessoas trans que são as bases para os níveis de violência. Pessoas trans às vezes são usadas como símbolos, além de objeto. São mortas como símbolos também: corpos expostos em lugares públicos, nuas, mutiladas quase que ritualisticamente, torturadas como quase que para mandar uma mensagem: "Que ninguém ouse abdicar do ser masculino e sua superioridade". [24]

De acordo com Starosta (2016), os riscos não são só para travestis e mulheres trans, a violência contra a mulher cis negra aumentou assustadoramente nos últimos anos, além dos estupros corretivos em mulheres lésbicas que cresceram também; os corpos de mulheres trans, sobretudo, as negras tem sido sistematicamente invisibilizados e punidos [25].

23 <http://correiodaparaiba.com.br/cidades/ato-pede-tolerancia-e-justica-para-adolescente-transsexual-assassinada-em-jp/>

24 STAROSTA, S. A visibilidade trans em 2016. Blogueiras Feminista, 29/01/2016.

25 Ibidem, 2016.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

No decorrer deste dossiê será possível observar que as mulheres e travestis mortas em 2017 não eram só trans, eram seres humanos, muitas profissionais do sexo, negras e periféricas. Suas mortes não são “só mortes trans”, elas nos informam que estamos vivendo num país transfóbico, e devemos lembrar disso, mas também que este é um país do feminicídio, do genocídio da juventude negra e do racismo. E é essa onda conservadora política e religiosa que quer mandar nossos corpos, para a cozinha, para a senzala, para a esquina e por fim, para o cemitério [26].

Pollyanna Fabrini

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade
Federal de Uberlândia
Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos
Afro-brasileiros (NEAB) de respectiva
Universidade.

Contato: polly21fs@gmail.com

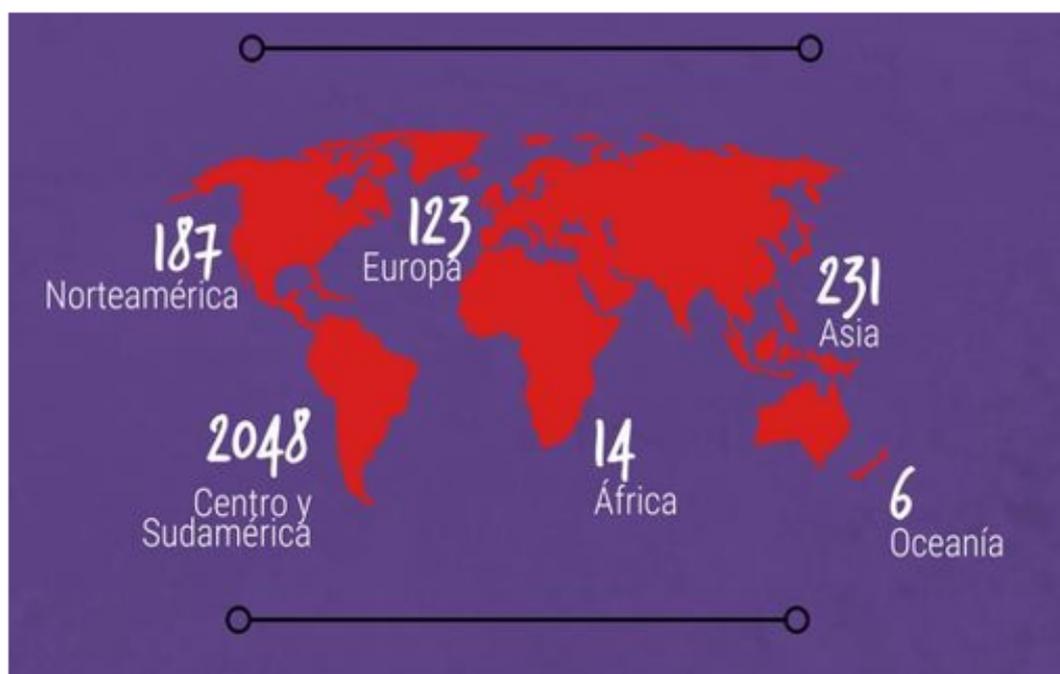




DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

6 - ASSASSINATOS E O CÍRCULO VICIOSO DE EXCLUSÃO

Um total de 2609 pessoas trans e gênero-diversas foram reportados como assassinadas em 71 países entre janeiro de 2008 e setembro de 2017. Dos assassinatos de pessoas trans e gênero-diversas cuja profissão é conhecida, 62 por cento eram profissionais do sexo, conforme demonstrado na imagem abaixo (FEDORKO; BERREDO, 2017) [27].



Fonte: Observatorio de Personas Trans Asesinadas (TMM) de Transgender Europe

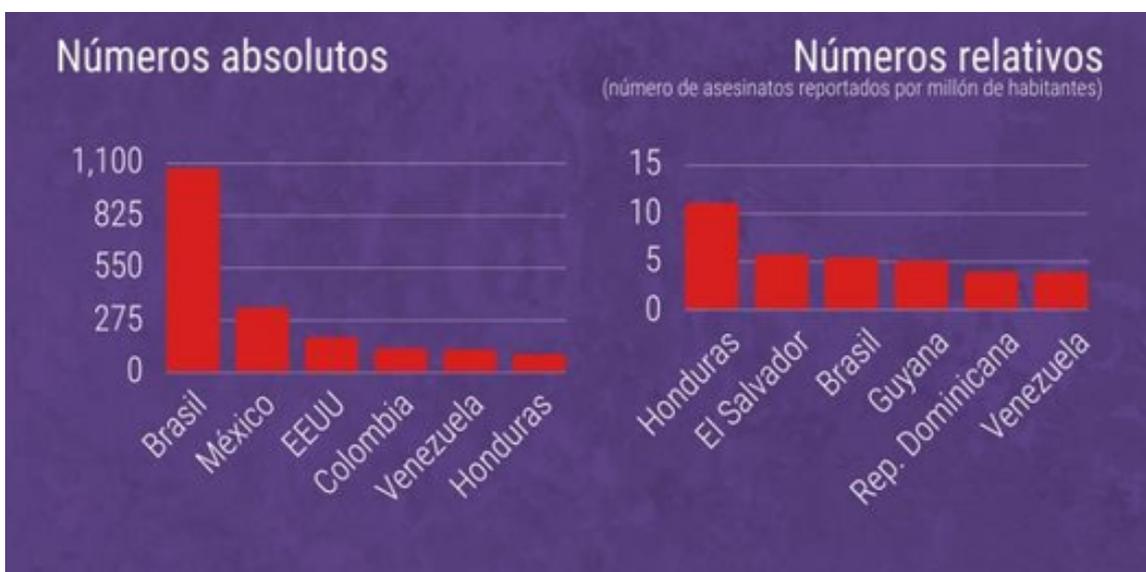
Por ocasião do Dia Internacional da Memória Transgênero (TDoR), em 20 de novembro de 2017, o Transgender Europe (TGEU) publicou uma atualização dos resultados do Observatório Trans Murdered Persons (TMM) para aumentar a conscientização sobre a violência contra pessoas transgêneros e de gênero e para honrar a vida de quem poderia cair no esquecimento (FEDORKO; BERREDO, 2017) [28].



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

A atualização do TDoR 2017 revelou um total de 325 casos de homicídios relatados de pessoas trans e de gênero entre o dia 1º de outubro de 2016 e 30 de setembro de 2017, constituindo um aumento de 30 casos em relação à atualização do ano passado. A maioria dos assassinatos ocorreram no Brasil (171), no México (56) e nos Estados Unidos (25), totalizando 2609 homicídios relatados de pessoas trans e gênero-diversas em 71 países em todo o mundo entre 1 Janeiro de 2008 e 30 de setembro de 2017 (FEDORKO;BERREDO, 2017) [29].

Em números absolutos o Brasil é campeão de assassinatos de pessoas trans no mundo, e em números relativos, considerando os números de assassinatos reportados por grupo de 1 milhão de pessoas, temos Honduras como o país mais violento para as pessoas trans e o Brasil passa a ocupar a 3ª posição. O índice de violência contra pessoas trans nas Américas pode ser considerado extremamente alto.



Observatorio de Personas Trans Asesinadas (TMM) de Transgender Europe

27 FEDORKO, B.; BERREDO, L. El círculo vicioso de la violencia: personas trans y género-diversas, migración y trabajo sexual. Serie de Publicaciones TvT, Volumen 17, Octubre 2017, Transgender Europe (TGEU).

28 Ibidem, 2017.

29 Ibidem, 2017.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

As pessoas trans e de gênero-diverso em todas as partes do mundo são vítimas de violência, como chantagens, agressões físicas e sexuais, até chegar aos assassinatos. Essas formas horríveis de violência muitas vezes não são relatadas, e pouca atenção é colocada nas causas subjacentes, como o ódio anti-trans, a transmisoginia, o racismo, a xenofobia e o ódio contra profissionais do sexo, além das condições econômicas precárias que as pessoas trans enfrentam em muitos contextos. Todos esses fatores expõem pessoas transgêneras, sobretudo, as pessoas trans negras, migrantes e profissionais do sexo a altos níveis de violência (FEDORKO; BERREDO, 2017) [30].

O trabalho sexual é uma realidade para muitas pessoas trans em todo o mundo, e os motivos para participar do trabalho sexual são tão múltiplos quanto entre os profissionais do sexo cis. Para muitas trabalhadoras do sexo, a escolha do trabalho sexual é um reflexo de opções de subsistência e de recursos financeiros limitados (FEDORKO; BERREDO, 2017) [31].

Todavia, estas pessoas enfrentam estigmas e discriminação intersetorial porque seu status de ser trans e trabalhadora sexual se junta a outros fatores influentes que incluem racismo, misoginia, capacitação, classismo e xenofobia. Muitos deles são impactados pela discriminação na habitação, vigilância elevada e falta de acesso à justiça, serviços de saúde e benefícios sociais, porque o trabalho sexual não é reconhecido como um trabalho em muitos países (FEDORKO; BERREDO, 2017) [32].

A seguir se tem um gráfico dos 325 assassinatos registrados de pessoas trans no mundo de 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, por continente:

30 FEDORKO, B.; BERREDO, L. El círculo vicioso de la violencia: personas trans y género-diversas, migración y trabajo sexual. Serie de Publicaciones TvT, Volumen 17, Octubre 2017, Transgender Europe (TGEU).

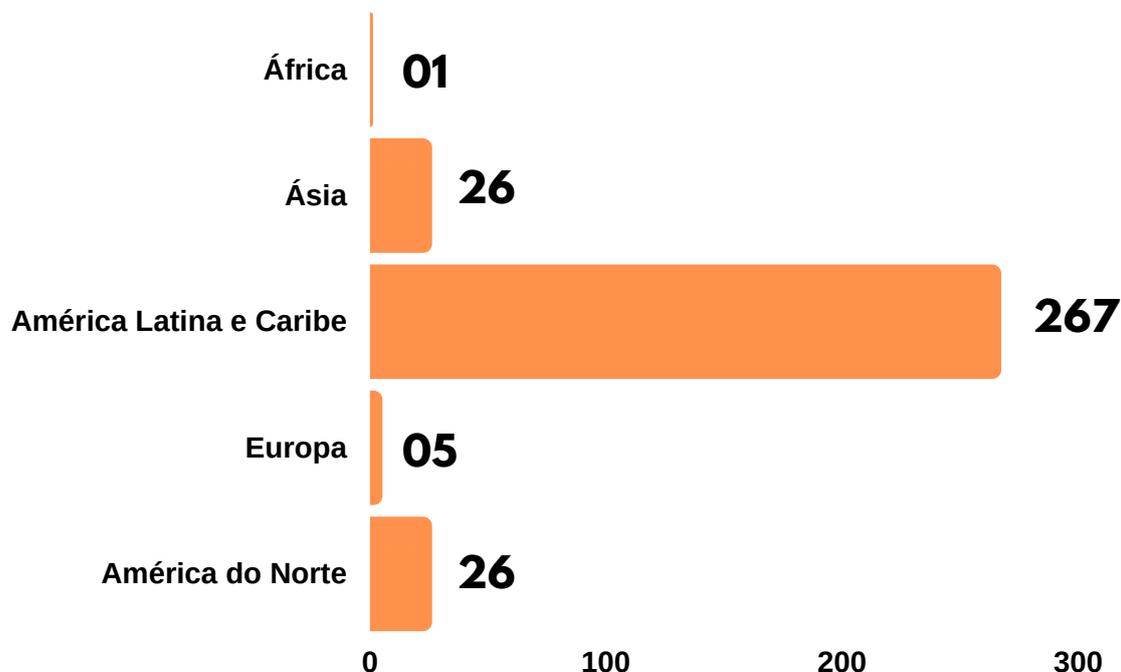
31 Ibidem, 2017.

32 Ibidem, 2017.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Gráfico – Assassinatos por regiões geográficas continentais



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara N. B. com dados do Observatorio de Personas Trans Asesinadas (TMM) de Transgender Europe

Em relação aos casos de assassinatos e óbitos no ano de 2017, registramos:

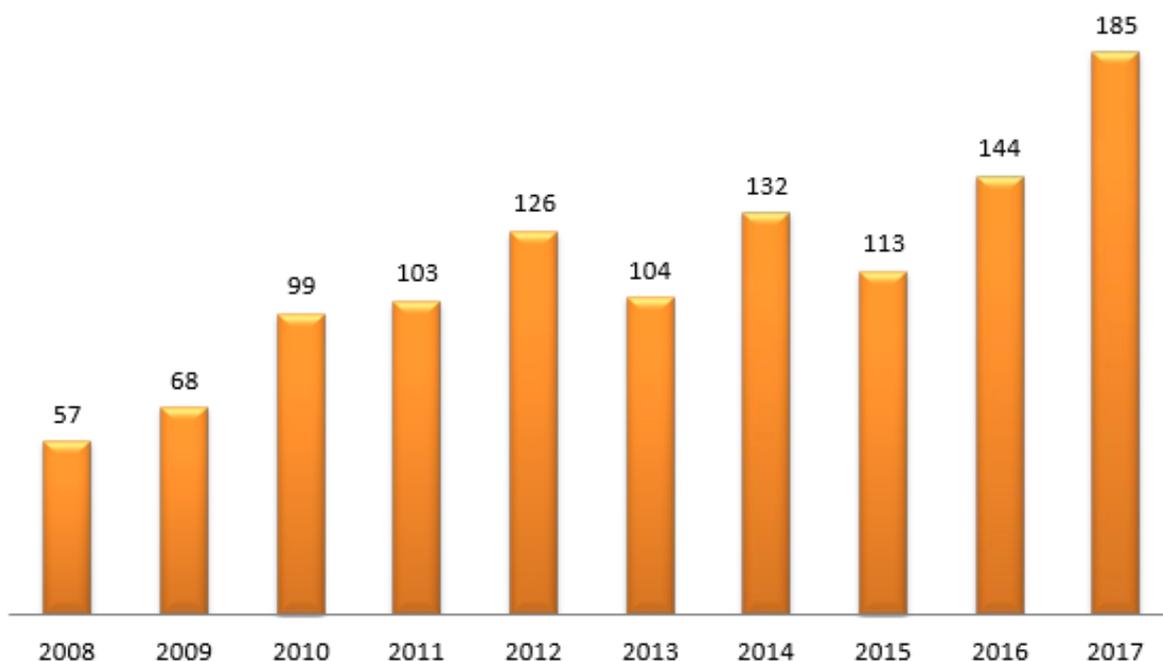
- 06 (seis) casos de mortes ocasionadas por uso de silicone industrial;
- 185 assassinatos;
- 07 (sete) pessoas suicidadas.

Houve um crescimento grande do número homicídios desde 2008, porém acreditamos que estes crimes sempre aconteceram, o que de fato há, é uma evidencia maior pelos meios de comunicação. Os números não refletem a realidade de violência e exclusão imposta a este segmento, pois a subnotificação e a invisibilização é outra face dessa realidade. No Brasil, a transfobia não é considerada crime, não há especificação dos crimes motivados por preconceito de gênero pelos órgãos de Segurança Pública [33].



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Gráfico – Assassinatos de pessoas trans no Brasil de 2008 a 2017



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017).

PERFIL DA VÍTIMA

Ao considerar o recorte raça/etnia das vítimas, conforme análise já feita no tópico anterior, temos que 67% das vítimas assassinadas em 2017 eram pessoas racializadas, que estão incluídas todas as pessoas não brancas. De todas as denúncias analisadas, 8% não trazia este recorte na matéria veiculada e 25% eram pessoas trans brancas.

Quando analisada a identidade de gênero, entre os números de homens trans e mulheres trans, ai incluimos também as travestis, percebe-se uma incidência maior da identidade feminina.

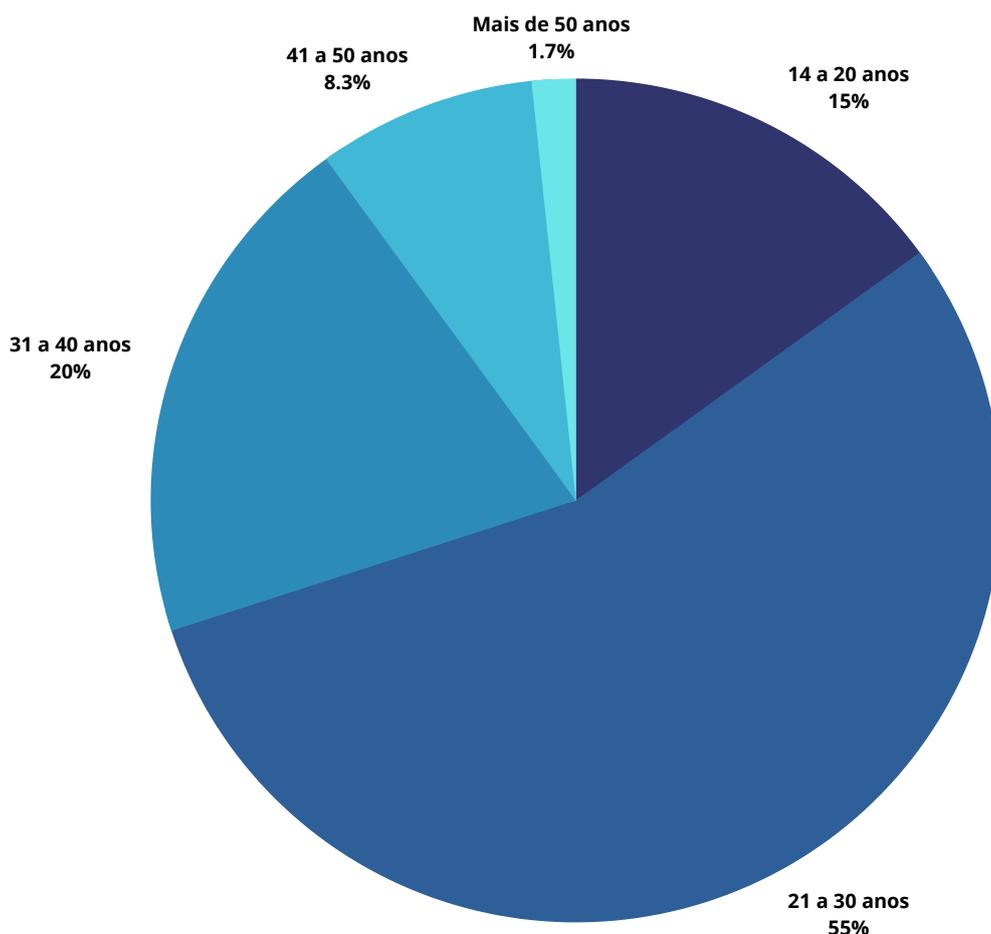


DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Temos, portanto, 95% das vítimas identificadas como travestis ou mulheres trans, e 5% dos assassinatos foram direcionados a homens trans.

Sobre a idade das vítimas, notou-se uma maior prevalência entre 21 aos 25 anos, sendo que a maioria está abaixo dos 30 anos de idade. Não estamos falando aqui de expectativa de vida, e sim da idade média das pessoas assassinadas. Para afirmarmos que a expectativa seria um número determinado, necessitaríamos de um estudo mais profundo, considerando as teorias populacionais e um censo demográfico com informações de órgãos oficiais, uma vez que os dados aqui apresentados se caracterizam pela subnotificação.

Gráfico - Idade das vítimas



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017)

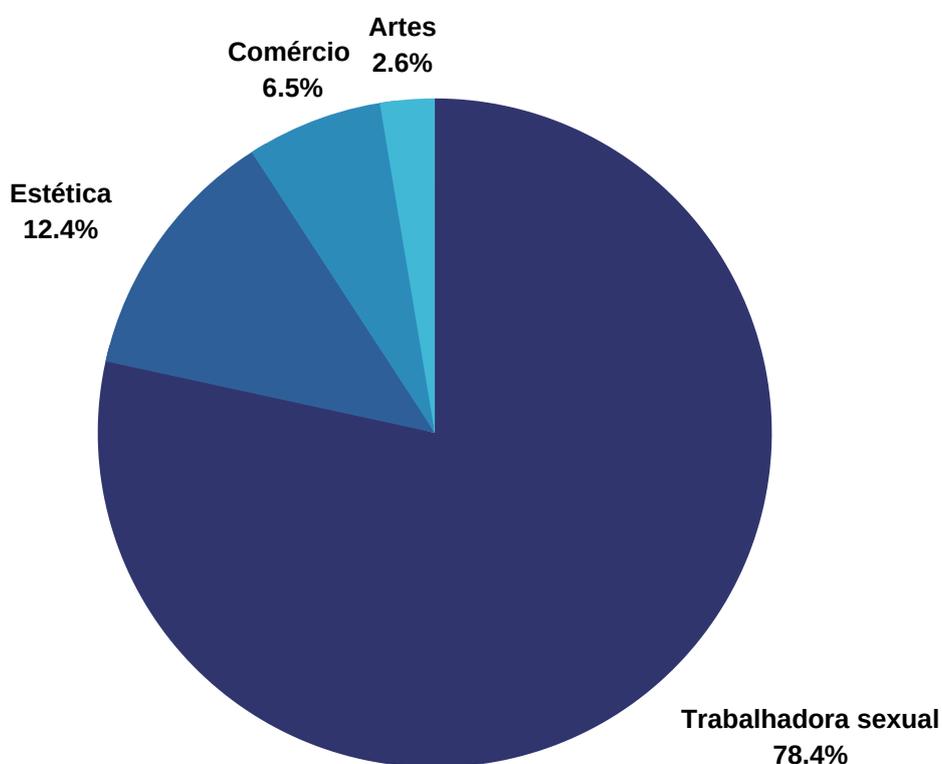


DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2a ed., 2018.

Ao analisar o gráfico acima, desconsiderando as matérias que não veicularam a idade da vítima, no total de 65, cerca de 55% das vítimas tinham entre 21 a 30 anos de idade e 20% entre 31 a 40 anos. É preocupante e importante destacar que 15% das pessoas trans assassinadas tinham entre 14 a 20 anos de idade.

Sobre a profissão/ocupação da vítima trazemos os seguintes dados:

Gráfico - Profissão/ocupação da vítima

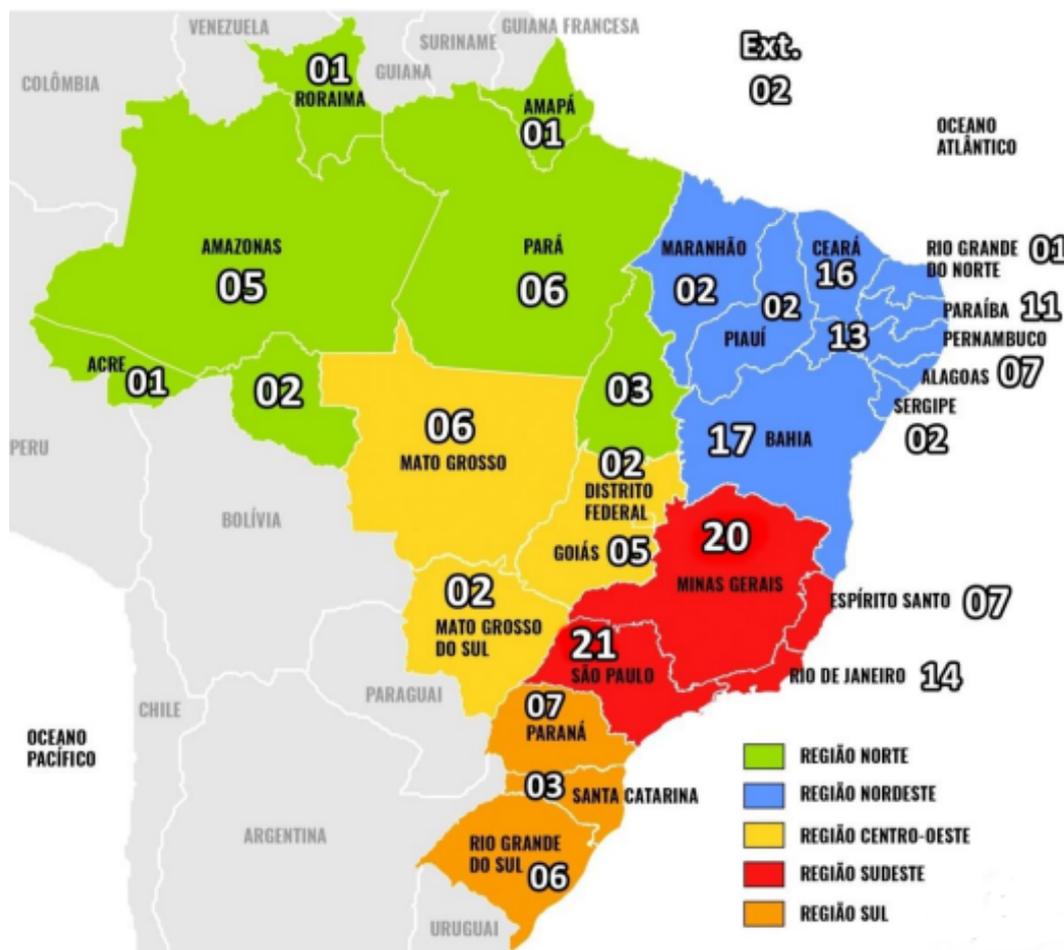


Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017)

Os dados acima demonstram que 78,4% das vítimas eram trabalhadoras sexuais, 12,4% atuavam no campo da estética, como cabelereiras, 6,5% trabalhavam no comércio e 2,6% trabalhavam no domínio das artes. Entre as vítimas ainda encontramos: 04 (quatro) pessoas trans aposentadas, 01 (uma) enfermeira, 02 (duas) auxiliares de serviços gerais. Nas reportagens analisadas, 20 não trouxeram esse dado.

ESPACIALIZAÇÃO DOS CRIMES

Mapa - Estados com ocorrências



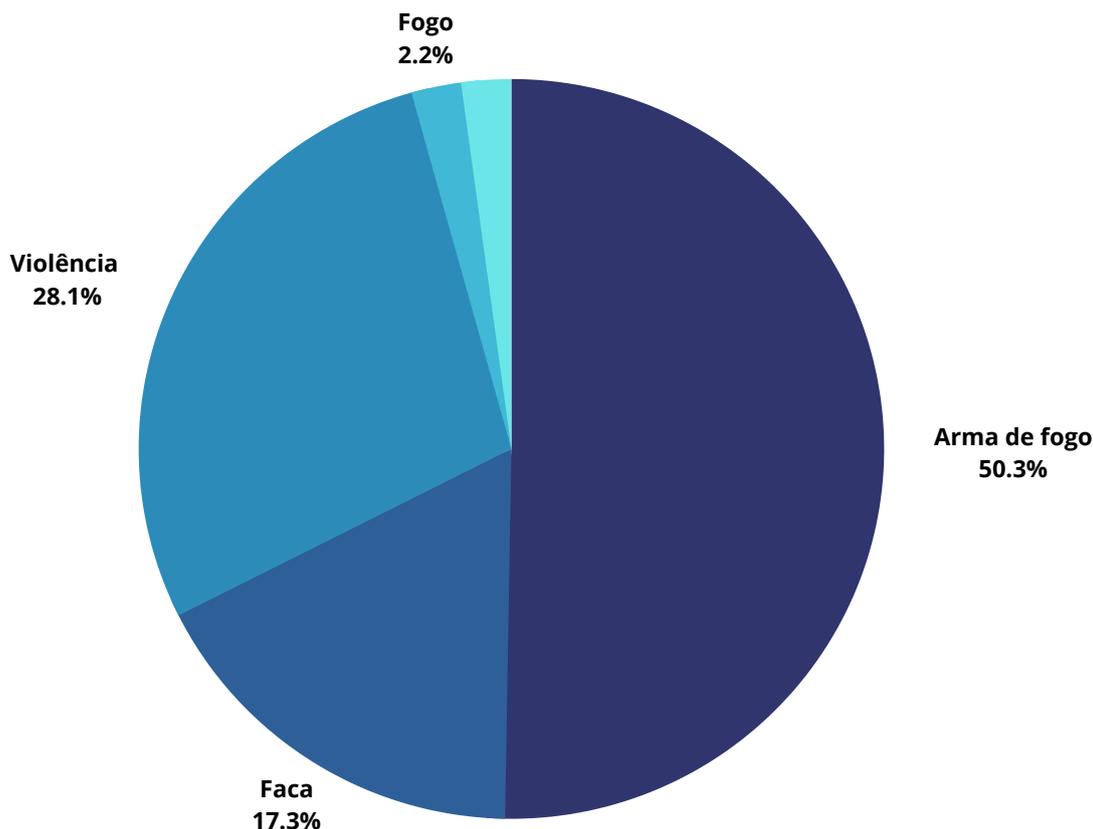
Mapa organizado por Sayonara Nogueira, 2018.

Os Estados com o maior número de ocorrências foram: São Paulo (21) na primeira colocação, em segundo lugar Minas Gerais (20) e terceiro lugar, a Bahia (17). Em relação as regiões geográficas do IBGE, temos: 39% dos casos na região Nordeste, 33% na região Sudeste, 10% na região Norte, 9% na região Sul e 8% na região Centro-Oeste.

A seguir demonstraremos uma série de gráficos informando a causa mortis dos assassinatos.

MODUS OPERANDI

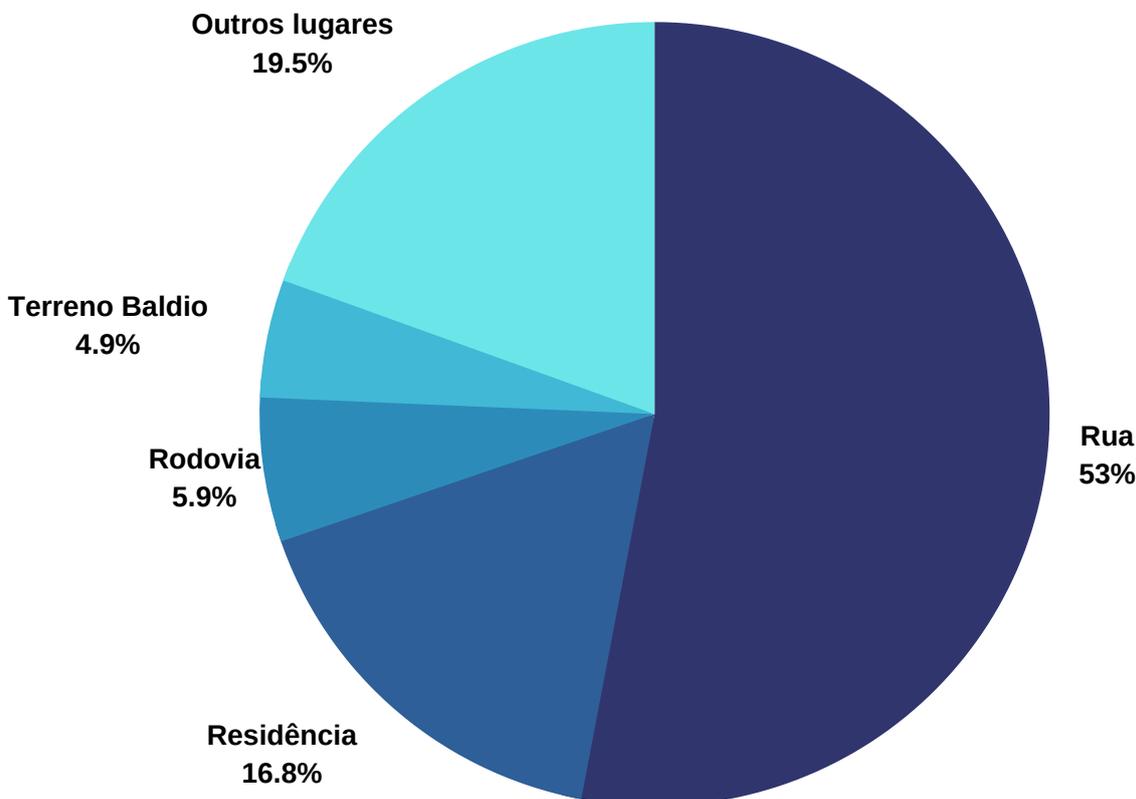
Gráfico - Meio utilizado



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017)

O meio mais utilizado foi a arma de fogo com 50,3% dos registros levantados, seguido do uso de violência com 28,1%. Em relação a violência encontramos vítimas que foram espancadas, que apresentavam ferimentos diversos pelo corpo devido a violência empregada com as próprias mãos, afogamento, pauladas, pedradas, tortura, mutilação e asfixia. Em terceiro lugar tem-se o uso de arma branca (faca) com 17,3% e ainda encontramos 04 (quatro) vítimas, cerca de 2,2%, que foram queimadas vivas e 04 (quatro) vítimas, 2,2% que foram atropeladas intencionalmente.

Gráfico - Cena do crime



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017)

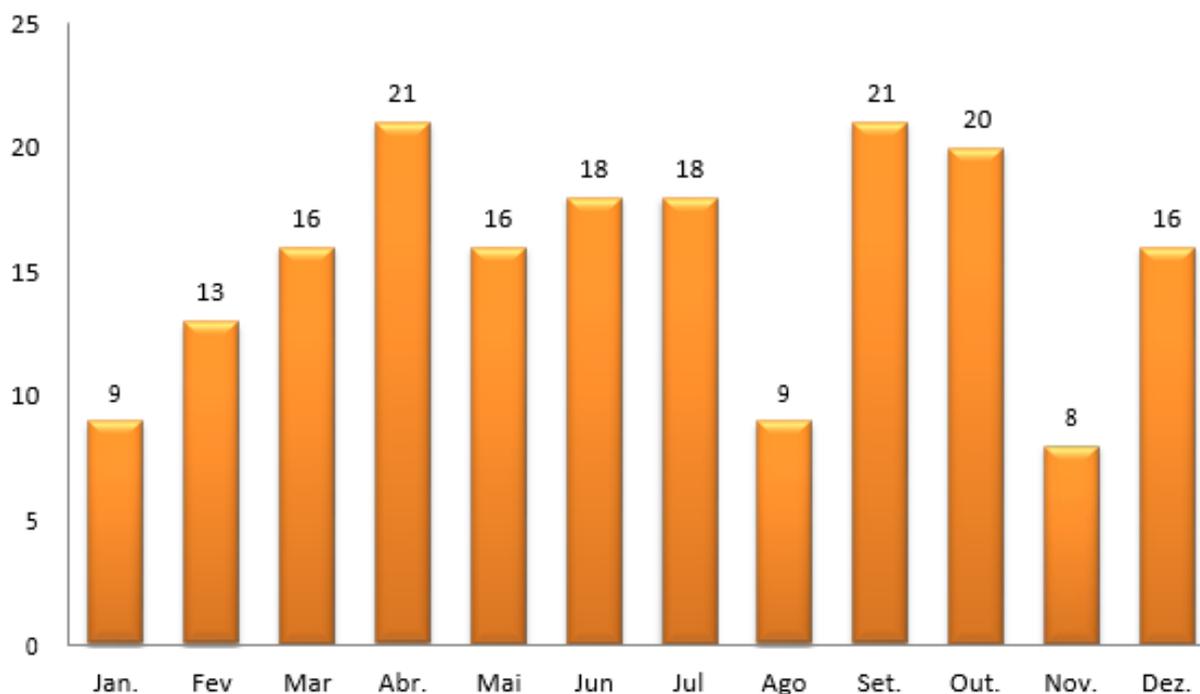
Ao analisar o espaço onde ocorreram os crimes, 53% aconteceram nas ruas e com mulheres trans/travestis trabalhadoras sexuais. Temos também 16,8% dos assassinatos na residência da vítima, 5,9% ocorrem em rodovias e 4,9% em terrenos baldios. Na categoria outros lugares, tem-se 19,5%, onde localizamos espaços como: ponto de ônibus, praça, rio, riacho, hotel, praia, bares, área rural, supermercado, linha férrea, matas, bosques e órgãos públicos.

Sobre os casos levantados, percebe-se uma omissão do Estado no que se refere à apuração dos crimes, uma vez que somente 17% tiveram alguma solução e 83% houve a abertura do inquérito, mas sem uma conclusão sobre a autoria do delito.



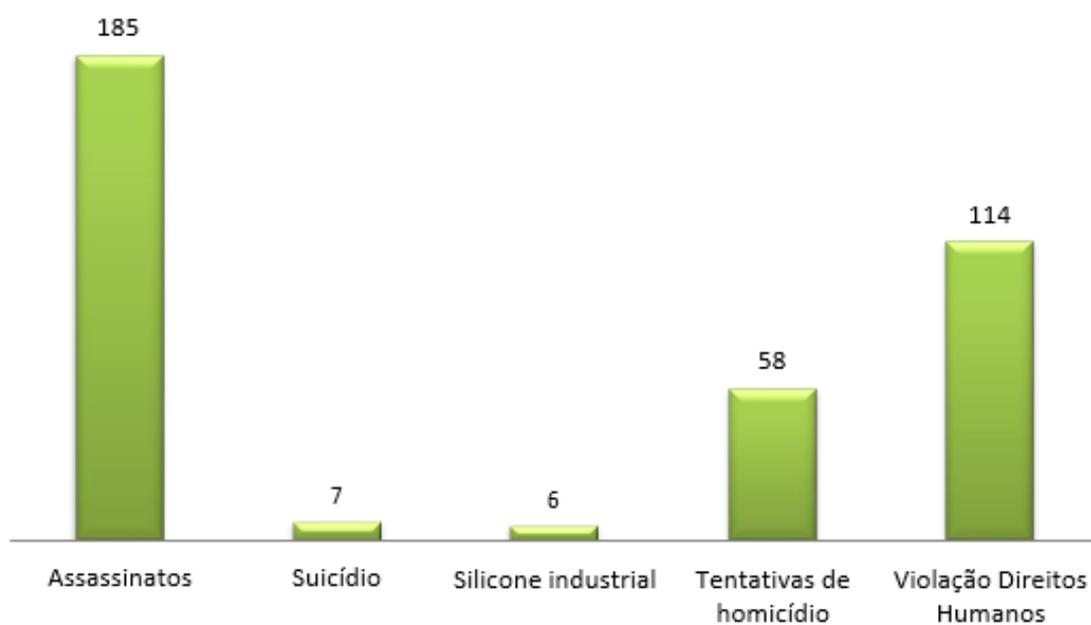
DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Gráfico - Média de assassinatos por mês



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017)

Gráfico – Casos registrados pela imprensa e redes sociais



Fonte: NOGUEIRA, Sayonara; CABRAL, Euclides (2017)



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

Após a apresentação destes dados não basta somente dizer que o Brasil é um país violento, porque a violência não alcança a todes da mesma maneira. A transfobia deve ser analisada levando-se em consideração a classe, raça e gênero, pois ela é mais visível nas comunidades mais pobres e periféricas, e, sobretudo, nas ruas, onde a maior parte das mulheres trans e travestis tiram sua subsistência. Portanto, a transfobia no país, torna-se um problema estrutural.

E alguns elementos frequentes podem ser citados nos casos encontrados: a maior dos assassinatos ocorreram na região Nordeste, 95% das vítimas identificavam-se com o gênero feminino, existindo uma dupla violência de gênero, por serem mulheres e trans, 55% das vítimas tinham entre 21 a 30 anos de idade, **que é a média de idade das pessoas trans assassinadas**; não existem dados oficiais sobre a nossa população o que invisibiliza nossas vozes e corpos e contribui ainda mais com a violência; 67% das vítimas eram pessoas racializadas; 78,4% das vítimas eram trabalhadoras sexuais; 50,3% dos assassinatos foram causados por arma de fogo; a maioria dos assassinatos aconteceram em vias públicas e no que se refere à apuração dos fatos, percebe-se uma omissão do Estado frente a estes casos.

No Brasil, pessoas travestis, transexuais e de gênero diverso vem sendo ao longo da história submetidas a processos de marginalização, que se acentua quando analisamos marcadores sociais como gênero, classe, migração, raça, entre outros que nos retiram o direito a uma vida plena e digna, excluindo do espaço social. A ausência de políticas públicas na agenda política brasileira nos coloca separades da sociedade, negando o fundamento basilar do Estado Democrático de Direito que é o princípio da dignidade da pessoa humana que se refere à garantia das necessidades vitais de cada pessoa e previsto nos termos do artigo 1º, III da Constituição Federal.



DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado: dos assassinatos a violação de Direitos Humanos no Brasil, Rede Trans Brasil, 2ª ed., 2018.

AUTORAS(ES)



Tathiane Aquino Araújo - tathianeaaraujo@gmail.com

Presidenta da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil - Rede Trans Brasil. Foi a primeira Trans presidente de um Grêmio em Sergipe e diretora da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES). Fundadora e atual presidente da ASTRA-LGBT. Conselheira do Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT – CNCD/LGBT. Presidenta da Câmara Técnica de Violência do CNCD/LGBT.



Sayonara Nogueira - sayonaratv@hotmail.com

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Atendimento Educacional Especializado pelo Instituto Prominas e Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora e Consultora Acadêmica. Vice-presidente e cofundadora do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE.



Euclides Afonso Cabral - euclides1233@hotmail.com

Pedagogo, graduado pela Universidade Federal de Uberlândia, Especialista em Educação para Jovens e Adultos (EJA). Professor/Educador, técnico administrativo na REDE/UFU.

A map of Brazil is centered in the image, filled with the colors of the rainbow flag: light blue at the top, pink, white, light blue, and light blue at the bottom. The background is dark purple with colorful bokeh lights.

RedeTrans

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS - BRASIL